

REVISTA

SUSTENTAREA



Imagens: Reprodução/Canva

ISSN 2675-858X | Abril 2021 | Volume 5 | Número 2

CAPA

Você sabe o que é
ecofeminismo? | p.16

OPINIÃO

É preciso que as mulheres retomem o
protagonismo da agricultura | p.33

HISTÓRIA DE SUCESSO

O ciclo da vida de Regina Tchelly | p.26

PARA CONHECER

10 mulheres para se inspirar | p.36



sustentarea

REVISTA SUSTENTAREA

ISSN 2675-858X

Publicação trimestral do NACE Sustentarea

Abril 2021 | Volume 5 | Número 2

EDITOR

Alisson Diego Machado

COORDENADORAS - SUSTENTAREA

Aline Martins de Carvalho | Dirce Maria Lobo Marchioni

REVISÃO FINAL

Aline Martins de Carvalho | Alisson Diego Machado | Dirce Maria Lobo Marchioni

COLABORADORAS DESTA EDIÇÃO

Alessandra Nahra | Ana Lúcia Zovadelli Romito | Ana Maria Bertolini | Beatriz Machado Martins
Deborah Rocha Fadul | Gabriela Rigote | Jennifer Tanaka | Júlia Ciscato | Mirelly Amorim
Mônica de Sousa Alves | Mônica Rocha | Nadine Marques Nunes Galbes | Raquel Santiago
Shairra Garcia Albuquerque | Vanessa Costa Caçando Silva

ENDEREÇO

NACE Sustentarea
Departamento de Nutrição
Faculdade de Saúde Pública da USP
Avenida Dr. Arnaldo, 715, Pacaembu
São Paulo-SP, CEP 01246-904

CONTATO

sustentarea@usp.br
www.fsp.usp.br/revistasustentarea
@sustentarea

Futuro com F de feminino

ALESSANDRA NAHRA

Vivendo no olho do furacão da emergência climática, com as consequências dos modos de vida que viemos criando nos últimos séculos se avolumando no horizonte, temos no conceito de sustentabilidade uma tábua de salvação. É preciso estudar, entender, debater e, mais que tudo, precisamos viver a sustentabilidade na ação. Quem vem fazendo isso de maneiras efetivas e compassivas — a sustentabilidade não como salvação individual, mas como prática coletiva — são as mulheres.

Esta edição da Revista Sustentarea está cheia delas. Mulheres inspiradoras que, da mesma maneira como tradicionalmente encabeçam a agricultura familiar, empunham facões, canetas, panelas, microscópios, planos de negócio para dar vida a iniciativas que promovem e fortalecem a sustentabilidade na prática. Como a Favela Orgânica da Regina Tchelly, retratada na seção Histórias de Sucesso. Ou os projetos Gastronomia Periférica, LabNutrir, Comida Invisível e Papayas. A revista traz os perfis de mulheres que aplicam a sustentabilidade no seu dia a dia e também mostra que o debate sobre sustentabilidade deve passar pelo recorte racial.

Para além das mulheres do nosso tempo, a edição mostra que elas sempre estiveram, enxadas metafóricas na mão, nas linhas de frente da criação de modos de vida menos nocivos. É o que traz a matéria sobre ecofeminismo e o texto sobre mulheres que fizeram história: Rachel Carson, Ana Maria Primavesi e Wangari Maathai, pioneiras nas trincheiras agroecológicas.

Só há futuro se for sustentável. De mangas arregaçadas, lá estão as mulheres criando esse futuro. Venha com a gente.



Alessandra Nahra
Mentora do Sustentarea



REVISTA SUSTENTAREA

Abril 2021 | Volume 5 | Número 2



Imagem: Reprodução/Canva

5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
O acesso das mulheres à terra e aos recursos naturais

13 FEITO POR ELAS
Projetos de sustentabilidade gerenciados por mulheres

9 MEMÓRIA
Mulheres que fizeram história

16 CAPA
Você sabe o que é ecofeminismo?



Imagem: Reprodução/Canva

22 PARA TODAS
As dificuldades enfrentadas pela mulher negra no acesso à alimentação saudável

24 MÃO NA MASSA
Banana grelhada e chips de pera e abacaxi com calda de chocolate

26 HISTÓRIA DE SUCESSO
O ciclo da vida de Regina Tchelly

29 IMAGEM



Imagem: Reprodução/Canva

30 ENTREVISTA
Sempreviva Organização Feminista: formando mulheres, transformando vidas

33 OPINIÃO
É preciso que as mulheres retomem o protagonismo da agricultura

35 CALENDÁRIO



Imagem: Reprodução/Canva

36 PARA CONHECER
10 mulheres para se inspirar

38 BIBLIOGRAFIA

40 AUTORAS

O acesso das mulheres à terra e aos recursos naturais

VANESSA COSTA CANÇADO SILVA E NADINE MARQUES NUNES GALBES



Imagem: Reprodução/Canva

Os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, formam um conjunto de objetivos e metas a serem cumpridos até 2030 pelos países membros. O intuito dos ODS é tornar o mundo mais justo e igualitário por meio do desenvolvimento sustentável.

Dentre os ODS está o propósito de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, previsto no ODS 5. Apesar da igualdade de gênero ser contemplada por este ODS, há uma conexão entre essa meta e os demais Objetivos. Por exemplo, os diferentes ODS apontam outros indicadores desagregados por gênero, ou seja, a igualdade de gênero

deve ser considerada também na busca pela erradicação da pobreza, na redução das desigualdades, entre outros.

A garantia do acesso e controle sobre a terra e aos recursos naturais está estabelecida na meta 5.a do ODS 5: “realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais”.

O acesso à propriedade e ao controle da terra, sob diversas formas, bem como os aspectos produtivos, foram consolidados ao longo da formação do Brasil como o conhecemos hoje. O país não conseguiu

superar contradições existentes na formação do setor agrícola, fato que se relaciona às opções feitas, desde o período colonial, por modelos que se pautaram na grande propriedade de terras (latifúndio). A Lei de Terras, de 1850, limitou a possibilidade do acesso à terra àqueles que não tivessem recursos econômicos para adquiri-la, como mulheres e pessoas negras, por exemplo.

O censo agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta dados sobre a responsabilidade de administração de estabelecimentos agropecuários. De

condições de acesso das mulheres à terra e de participação nos processos decisórios agrícolas. Comparando os dados do censo agropecuário de 2006 e 2017, houve aumento da participação feminina na direção de estabelecimentos agropecuários, passando de 12,7% para 18,7%, representando um crescimento de 44,2%. Isso é reflexo de algumas medidas que buscavam maior inclusão das mulheres em políticas da reforma agrária e da agricultura familiar. Um exemplo foi a implantação, no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 2003, da titularidade conjunta e obrigatória da

"A Lei de Terras, de 1850, limitou a possibilidade do acesso à terra àqueles que não tivessem recursos econômicos para adquiri-la, como mulheres e pessoas negras, por exemplo".

acordo com o último levantamento, ocorrido em 2017, os homens são responsáveis pela direção de 81% dos estabelecimentos e as mulheres por apenas 18,7%. Pela primeira vez foram incluídos dados dos estabelecimentos que são dirigidos por casais, dividindo toda ou parte das responsabilidades relativas ao estabelecimento. Considerando a co-direção, a participação feminina passa para 20,3%, mostrando que ainda assim a participação feminina é muito inferior à masculina.

Esses números demonstram que um dos grandes desafios brasileiros é melhorar as

terra em áreas constituídas por um casal.

Também é importante considerarmos a situação das mulheres de acordo com o tamanho dos estabelecimentos. A proporção de mulheres e homens é um pouco mais equilibrada, mas ainda desigual, quando se trata da direção de estabelecimentos menores. Nos imóveis com menos de 1 hectare a proporção é de 2 homens para 1 mulher; ou seja, cerca de 33% deles são dirigidos por mulheres.

Diferenças regionais também marcam a presença das mulheres na administração dos estabelecimentos rurais. Elas são maioria na região Nordeste (57%), e

minorias nas demais regiões (Sudeste, 14%; Norte, 12%; Sul, 11%; e Centro-Oeste, 6%). Tais diferenças regionais também precisam ser consideradas a partir dos sistemas produtivos que predominam em cada região, reforçando que a presença de mulheres é maior nos estados com estabelecimentos menores e voltados para a agricultura familiar.

Além da gestão dos estabelecimentos, é fundamental considerar a situação das mulheres em relação à propriedade das terras, ao acesso aos serviços financeiros e à assistência técnica. Atualmente, apenas 9,6% das mulheres obtêm informações técnicas por meio de reuniões técnicas ou seminários, enquanto entre os homens a porcentagem é de 14,3%. No que se refere à participação em atividades associativas, como cooperativas, apenas 5,3% são cooperadas, enquanto 12,8% dos homens participam de algum tipo de associação.

A participação efetiva das mulheres em espaços públicos, com o reconhecimento de necessidades, interesses e projetos específicos é um desafio. Apesar da crescente participação em movimentos sociais e sindicatos, muitas vezes as preocupações e demandas das mulheres não são levadas em conta, demonstrando as dificuldades existentes em espaços ainda majoritariamente masculinos.

As primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos 1980, provavelmente sob influência da chamada “década da mulher” (1975-1985). As principais questões pautadas eram o reconhecimento da profissão de agricul-

tora (e não como doméstica), direito à aposentadoria, ao salário-maternidade, à sindicalização e ao acesso à terra. Ao longo dos anos, as pautas dos diversos movimentos de mulheres se ampliaram para temas como a agroecologia, biodiversidade, plantas medicinais e soberania alimentar.

É importante destacar que as reivindicações pela terra extrapolam a dimensão econômica e material. Apresentamos aqui o caso das quebradeiras de coco babaçu, categoria de comunidade tradicional formada por mulheres, agricultoras e extrativistas que utilizam o coco babaçu e que se organizaram em fins da década de 1980 e início dos anos 1990 na luta pelo acesso à terra e pela preservação dos babaçuais.

Inicialmente proibidas de participar dos sindicatos, elas fundaram os clubes de mães para compartilharem experiências. A partir da década de 1980 as mulheres ingressaram no movimento sindical e perceberam as demandas que tinham em comum, resultando na criação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Graças às reivindicações do MIQCB, que abrange os estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, foi criada uma lei municipal em Lago do Junco/MA que ficou conhecida como Lei do Babaçu Livre. Ela garante a entrada das mulheres nas fazendas, sem depender da autorização dos fazendeiros, que ficam proibidos de derrubar as palmeiras e de utilizarem agrotóxicos. Posteriormente a lei se espalhou por



Imagem: Reprodução/Acervo MIQCB

Quebradeiras de coco babaçu.

diversos municípios, dando direito às mulheres sobre as palmeiras independentemente das terras onde elas se localizam. Esse exemplo demonstra que a segurança da posse pode ser garantida não apenas por meio da propriedade privada individual, mas também por meio de formas coletivas de posse. No caso das quebradeiras de coco babaçu, trata-se da coexistência das terras de uso comum com terras de uso familiar restrito.

Um dos indicadores do ODS 5 exige que as agências da ONU produzam relatórios sobre a proporção de países onde o marco legal garante direitos iguais das mulheres à propriedade e/ou controle da terra. Para isso, foi criada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) a Ferramenta de Monitoramento Jurídico (LAT, na sigla em inglês), que serve para avaliar como os países se encontram em relação à fiscalização do cumprimento das leis que garantem o direito à terra. A avaliação feita sobre o Brasil indica que, apesar de

haver alguns direcionamentos em políticas públicas, são necessários avanços na legislação que determinem medidas especiais para a garantia de direitos iguais das mulheres à terra.

Além da construção de novos instrumentos legais, falta fiscalização para garantir o cumprimento das leis e políticas que já existem. Sem um acompanhamento mais efetivo, as mulheres são vítimas de diversos conflitos no campo, na disputa por terras que envolvem grilagem, agronegócio e grandes empreendimentos. A igualdade de gênero e acesso das mulheres à terra e aos recursos naturais têm papel decisivo no desenvolvimento sustentável, na manutenção da sociobiodiversidade e na preservação ambiental. Tais objetivos não serão alcançados sem que sejam implementadas ações de ordem prática e em caráter de urgência, não somente respondendo a reivindicações populares, mas também partindo dos governos, em todas as suas esferas.

Mulheres que fizeram história

BEATRIZ MACHADO MARTINS E ANA MARIA BERTOLINI

Durante séculos, o acesso à ciência foi negado às mulheres, sendo a construção do pensamento científico atribuída aos homens. Nos tempos atuais, apesar das conquistas de direitos e dos grandes avanços na área acadêmica, a sub-representatividade e a desigualdade de gênero permanecem evidentes. As mulheres cientistas continuam enfrentando discriminações e menor remuneração em relação aos homens, por exemplo. Na área da sustentabilidade não é diferente, afinal as mulheres cientistas sempre estiveram presentes, estudando, pesquisando, descobrindo e contribuindo para o avanço das sociedades, porém, em diversas situações, suas vozes não eram ouvidas e seus trabalhos não ganhavam a visibilidade merecida, simplesmente pelo fato de serem mulheres. Neste sentido, é essencial conhecer e trazer à luz as contribuições de figuras femininas que tanto contribuíram para a área da sustentabilidade, como Rachel Carson, Ana Maria Primavesi e Wangari Maathai.

Rachel Carson (1907-1964) foi uma escritora best-seller, cientista e ecologista norte-americana nascida no início do século passado. Apesar da formação em biologia marinha e do mestrado em

zoologia, ela dedicou grande parte da sua vida à luta contra os agrotóxicos. A sua produção mais emblemática foi o livro “Primavera Silenciosa” (do inglês “Silent Spring”), lançado na década de 1960, que coincide com o início da chamada Revolução Verde. Essa obra é reconhecida como precursora do movimento ambientalista moderno.

O amor pela natureza, pelos animais e a sensibilidade de Carson fizeram com que ela enxergasse aquilo que ninguém conseguia ver, ou fingia não enxergar: os prejuízos causados ao meio ambiente e aos seres vivos pelo uso indiscriminado e excessivo de pesticidas químicos. A inspiração para o livro surgiu ao receber uma carta relatando a morte de uma grande quantidade de pássaros após a pulverização aérea de pesticidas. Assim, a bióloga decidiu estudar e compreender o que estava por trás do triste silêncio dos pássaros naquela primavera.

Lançado em 1962, o livro denunciou os perigos dos pesticidas, rompendo o conformismo social e todo o prestígio que a indústria química vinha conquistando. Ao comparar os pesticidas com a radiação, em plena Guerra Fria, o reflexo da sociedade americana foi a busca por

respostas e um posicionamento político acerca das denúncias da autora. Diante da repercussão do livro de Carson, audiências no Congresso americano foram realizadas resultando na regulamentação dos pesticidas no país e, posteriormente, na proibição das substâncias tóxicas descritas no livro, sobretudo o DDT (sigla para dicloro-difenil-tricloroetano). No entanto, a indústria química e agrícola, preocupadas com seus interesses comerciais, não ficaram caladas, realizando diversos ataques à publicação. As críticas quanto à veracidade dos fatos tinham como motivação a capacidade da pesquisadora, seu sexo, sua formação e a ausência de filiação institucional.

Em um ambiente predominantemente masculino, como a indústria e a academia, as situações de machismo foram várias ao longo de toda a sua vida. No início de sua carreira, seus textos eram assinados com um pseudônimo para que, se passando por homem, seus conhecimentos científicos fossem levados a sério. Já na publicação de seu livro, as falas contrárias alegavam declarações errôneas e histeria. No entanto, apesar de toda a pressão sofrida por Carson e tentativas de silenciamento de suas palavras, sua contribuição científica é de extrema importância. Seu livro é tido como um dos mais importantes do século XX por tamanho impacto e repercussão. Além disso, “Primavera Silenciosa” teve um papel significativo na construção da consciência ambiental, além de colocar em xeque as autoridades científicas e seus conflitos de interesses.



Imagem: Reprodução/Facebook/Rachel Carson

Rachel Carson.

Deixando um grande legado, Carson faleceu em 1964, vítima de um câncer de mama.

Do outro lado do Oceano Atlântico nasceu mais uma grande mulher, Ana Maria Primavesi. Ana Maria (1920-2020) foi uma agrônoma e professora de origem austríaca. Primavesi teve sua adolescência marcada pelos traumas da Segunda Guerra Mundial e, na tentativa de ingressar na faculdade, foi forçada pelo governo nazista a trabalhar durante nove meses no campo, sem remuneração e tampouco condições de trabalho dignas. Apesar das dificuldades, a coragem e a determinação de Primavesi permitiram que ela fosse uma das três mulheres matriculadas no curso de Agronomia, em uma turma majoritariamente composta por homens, com cerca de cem alunos.

Na faculdade, Ana Maria entrou em contato com a agricultura que viria a ser

chamada de ecológica. Em meio a diversos intervalos nos estudos para cumprir trabalhos compulsórios solicitados pelo Reich, ela se forma em novembro de 1942. Com o fim da Segunda Guerra, além de toda a dor da perda de seus familiares, Primavesi é presa por tropas inglesas. Após nove meses, ela conseguiu sua liberdade e se casou com o também agrônomo Arthur Primavesi. Ambos migraram para o Brasil em 1948, onde recomeçaram suas vidas. Depois de alguns anos morando no país, o casal se mudou com seus três filhos para o Rio Grande do Sul, onde Primavesi iniciou a sua contribuição acadêmica e científica na Universidade Federal de Santa Maria.

Trabalhando na área de produtividade dos solos, o casal criou um curso de pós-graduação em Agronomia e Primavesi foi pioneira na criação do primeiro longa-metragem sobre a vida dinâmica do solo,

tese defendida por ela ao longo de toda a sua vida. Ana Maria foi a primeira agrônoma a investigar o solo como um organismo vivo. Somado a isso, ao verificar as inúmeras diferenças entre as condições climáticas dos solos temperados e tropicais, ela propôs novas técnicas para o cuidado dos solos de clima mais quente. O chamado plantio direto, técnica na qual a semente é colocada no solo sem aração prévia, revolucionou a agricultura na América Latina.

Ana Primavesi assinou mais de 90 artigos e publicou três livros, com destaque para seu livro mais famoso, intitulado “Manejo ecológico do solo: a agricultura nas regiões tropicais”. A obra é conhecida como uma referência na área das ciências agrárias e foi a fundamentação teórica necessária para que os movimentos de agricultura alternativa surgissem. No Brasil, um exemplo do legado de Primavesi é a comemoração do Dia Nacional da Agroecologia em 03 de outubro, dia de seu aniversário. **Ana Maria Primavesi** faleceu recentemente, em janeiro de 2020, aos 99 anos.

Por fim, mas não menos importante, cita-se o trabalho e a história de vida da professora e ativista política do meio ambiente, Wangari Maathai (1940-2011). Maathai nasceu em 1940 em uma cidade do interior do Quênia, recebeu a educação primária em uma escola missionária e ingressou na faculdade de Biologia nos Estados Unidos. Após se especializar e realizar seu mestrado, a bióloga se tornou a primeira mulher da África Oriental a



Imagem: Reprodução/Instagram/@anamariaprimavesi

Ana Maria Primavesi.



Imagem: Reprodução/Wikipédia/Wangari Maathai

Wangari Maathai.

obter um doutorado, em 1971. Após finalizar os seus estudos, Wangari passou a dar aulas e assumiu a presidência do Departamento de Veterinária e Anatomia da Universidade de Nairóbi.

Sua luta pelas causas ambientais teve início quando, no retorno à sua cidade natal, Wangari observou os impactos negativos causados pelo desmatamento. Com os riachos secando, as mulheres residentes da região precisavam caminhar cada vez mais para buscar lenha. Essa situação sensibilizou Maathai, que mobilizou milhares de mulheres e homens para plantar dezenas de milhões de árvores em todo o Quênia, caso emblemático que ficou conhecido como Movimento Cinturão Verde. Contudo, a ativista percebeu que, apesar da relevância do reflorestamento, o problema era sistêmico e a solução ia muito além do plantio de árvores. Em um país que havia

conquistado recentemente sua independência, as bases de exploração criadas pelo colonialismo ainda permaneciam fortes. Logo, Wangari percebeu que as abordagens precisavam adotar um caráter mais sistêmico, e foi aí que sua militância passou a incorporar a dimensão política, cujos desdobramentos foram a violenta resposta do governo queniano: ela foi assediada, ameaçada, espancada e presa.

Apesar disso, Maathai persistiu em seu trabalho, sendo fiel às suas causas, que são inspiradoras não apenas pela luta ambiental, mas também por conquistas mais amplas, que perpassam a luta pelos direitos das mulheres, democracia e apropriação de terras, cujos desdobramentos proporcionaram à Maathai reconhecimento nacional e internacional. Ela se dirigiu diversas vezes à Organização das Nações Unidas para falar em nome das mulheres, foi ministra do meio ambiente no Quênia e em 2004 recebeu o prêmio Nobel da Paz, sendo a primeira mulher africana a conquistar tal reconhecimento. Maathai faleceu em setembro de 2011, aos 71 anos de idade, após uma batalha contra um câncer nos ovários.

Rachel Carson, Ana Maria Primavesi e Wangari Mathai representam a ciência e mostram o quanto as mulheres são capazes de mudar o mundo. Embora muitos anos tenham se passado e essas três grandes mulheres já tenham nos deixado, suas vozes continuam ecoando e suas lutas permanecem atuais e relevantes.

Projetos de sustentabilidade gerenciados por mulheres

JÚLIA CISCATO

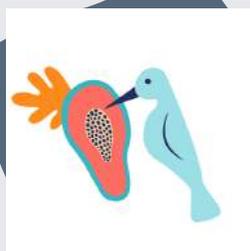


Imagem: Reprodução/Facebook/Papayas

PAPAYAS
@papayas_local

Fundada em 2019 pelas nutricionistas Constance Oderich e Nicoli Bonalume, a Papayas é um aplicativo de vale-alimentação saudável e sustentável que tem como objetivo principal conectar quem recebe o vale com quem produz os alimentos. Sendo assim, a Papayas é o primeiro benefício de alimentação sustentável que incentiva a agricultura familiar e trabalha para um sistema alimentar mais justo e sustentável. No aplicativo, os colaboradores conseguem ter acesso a mais de 180 parceiros e 9 feiras agroecológicas, o que engloba 500 famílias da agricultura familiar e 50 mulheres empreendedoras.



comida
invisível

Imagem: Reprodução/Facebook/Comida Invisível

COMIDA INVISÍVEL
@comidainvisivel

Essa plataforma digital nasceu a partir da indignação de uma das idealizadoras, Daniela Leite, com o desperdício excessivo de alimentos próprios para doação e consumo, mas impróprios para a comercialização. O Comida Invisível conecta restaurantes, supermercados, hotéis, bufês e bares com pessoas físicas e o terceiro setor, facilitando o processo de doação e evitando o desperdício de alimentos. Tal iniciativa foi certificada pelo Save Food da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), um núcleo de soluções tecnológicas que desenvolve educação e conscientização do combate ao desperdício de alimentos.



Imagem: Reprodução/Instagram/@labnutrir

LABNUTRIR @labnutrir

O LabNutrir (Laboratório Horta Comunitária Nutrir), sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, é um laboratório a céu aberto, idealizado pela Profa. Michelle Jacob e outros docentes, que complementa a grade curricular do curso de Nutrição nas disciplinas relacionadas aos sistemas alimentares, aspectos sócio-antropológicos da alimentação e educação alimentar e nutricional. A prática realizada no LabNutrir foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas como uma iniciativa que colabora para a promoção da alimentação como direito humano. Além disso, o projeto “Horta Comunitária Nutrir: educação para o desenvolvimento sustentável na formação em alimentação e nutrição” foi selecionado como uma dos finalistas do Prêmio ODS-Brasil.



Imagem: Reprodução/Gastronomia Periférica

GASTRONOMIA PERIFÉRICA @gastronomiaperiferica

Gastronomia Periférica é um negócio social, fundado em 2012 por Adélia Rodrigues e Edson Leite, que tem como missão principal a promoção do direito universal à inclusão social e cultural, por meio da gastronomia, para jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social. Em 2017 foi inaugurada uma escola gastronômica gratuita localizada no Capão Redondo, região periférica do município de São Paulo, a fim de viabilizar e encorajar jovens e adultos a continuarem estudando. Na escola são abordados temas relevantes para a sustentabilidade, como aproveitamento integral dos alimentos, etapas da cadeia de produção de alimentos e combate ao desperdício de alimentos. Além da escola, o Gastronomia Periférica atua como consultoria e possui um aplicativo que mapeia serviços de alimentação da periferia de São Paulo.



Imagem: Reprodução/Facebook/ONG Banco de Alimentos

ONG BANCO DE ALIMENTOS

@ongbancodealimentos

Com uma visão pioneira, em 1998 Luciana Quintão fundou a ONG Banco de Alimentos com o objetivo de promover a redução do desperdício de alimentos e o combate à fome. A ONG recebe doações de alimentos que perderam seu valor de prateleira em indústrias e comércios e os distribui para quem precisa. As instituições cadastradas na ONG recebem os alimentos e a partir deles muitas pessoas usufruem de uma alimentação mais completa todos os dias. Enquanto os alimentos contribuem para a diminuição da fome em São Paulo, ações educativas promovem a inclusão social em comunidades atendidas. A ONG consegue ajudar mais de 20 mil pessoas todos os dias e nos últimos 12 meses arrecadaram mais de 5 milhões de kg.



Imagem: Reprodução/Facebook/Maré de Sabores

MARÉ DE SABORES

@maredesabores

O Maré de Sabores, coordenado por Mariana Aleixo, é um projeto criado em 2010 no complexo da Maré, que forma a maior rede de favelas do Rio de Janeiro. O empreendimento envolve a formação em Gastronomia de moradoras da comunidade e tem o objetivo de gerar renda e empoderar essas mulheres. As aulas incluem desde técnicas básicas de cozinha até as mais avançadas, assim como o aprendizado sobre gênero e direitos da mulher. Durante a pandemia de COVID-19, o serviço de buffet do projeto foi reorganizado e passou a atender a própria comunidade com a distribuição diária de cerca de 250 quentinhas para pessoas em situação de rua. Desde sua criação, mais de 700 mulheres foram capacitadas pelo Maré de Sabores e puderam se inserir no mercado de trabalho ou mesmo empreenderem na área.



Você sabe o que é ecofeminismo?

SHAIRRA GARCIA ALBUQUERQUE E MÔNICA ROCHA

Imagem: Reprodução/Canva

O ecofeminismo se trata do encontro entre as lutas feministas e os movimentos ecologistas, ou seja, promove uma associação de igualdade no papel de mulheres e homens na preservação do

meio ambiente, ultrapassando a discussão focada unicamente em igualdade de gênero vista em outros aspectos para também abordar o "eco", que vem do grego e significa meio ambiente.

O surgimento do termo “ecofeminismo” ocorreu em meados da década de 1970 na Europa, quando foi citado e desenvolvido pela francesa Françoise d'Eaubonne em seu livro "Le féminisme ou la Mort" (1974), que traçava uma relação entre a luta feminina pela propriedade do corpo e os riscos à saúde gerados como efeito das ações humanas no planeta, em especial em relação aos agrotóxicos.

Ainda na década de 1970, ocorreu na Índia o Movimento Chipko, no qual trinta mulheres impediram o corte de aproximadamente 300 freixos que protegiam uma bacia hidrográfica no Bosque Garhwal abraçando as árvores. Daí

Cabe lembrar que o ecofeminismo é um movimento plural e global, que abarca diversas correntes, desde as mais radicais às espirituais. Atualmente, o ecofeminismo pode ser considerado mais como uma corrente que trabalha com mulheres dentro do movimento ambientalista. A abordagem sobre ecologia pode não ser, muitas vezes, o foco do debate sobre igualdade de gênero. Entretanto, análises mais aprofundadas demonstram que fazer essa relação é imprescindível, tendo em vista as questões ambientais estão associadas a impactos sobre a saúde da mulher e no desenvolvimento, acessibilidade e condições de vida.

"Questões ambientais estão associadas a impactos sobre a saúde da mulher e no desenvolvimento, acessibilidade e condições de vida".

vem o nome Chipko (agarrar, em hindu).

Segundo Daniela Minuzzo, professora do curso de Gastronomia, Alimentação e Feminismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, “o ecofeminismo tem a premissa de que as mulheres possuem um compromisso cotidiano mais estreito com o uso da natureza e o cuidado do meio ambiente, e também maior respeito pela coesão e solidariedade comunitárias. Destaca-se aqui o papel das mulheres no desenvolvimento da agricultura, dos saberes da terra e como guardiãs desses saberes. A noção de agroecologia se encontra em relação estreita com o ecofeminismo”.

O SISTEMA QUE CAUSA IMPACTOS AMBIENTAIS E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Segundo o relatório publicado em 2016 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as mulheres representam 80% das pessoas que precisam migrar devido às alterações do clima. Ainda, o relatório enfatiza que não há desenvolvimento humano sustentável sem igualdade de gênero, além de considerar que as alterações climáticas não são neutras do ponto de vista de gênero. Logo, a igualdade e o empoderamento das mulheres são centrais para o

POR QUE AS MULHERES SÃO MAIS AFETADAS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?



Adaptado de Gunawardena (2020)

desenvolvimento econômico, bem como para a sustentabilidade ambiental.

Assim, podemos nos questionar: como o ritmo de produção econômica impacta o ambiente e como tais impactos atingem mulheres em seus diversos grupos e localidades? De que forma histórica e social os homens se apropriaram de seus privilégios para comandarem um sistema articulado em prol de seu próprio benefício, bem como de que forma o gênero feminino sofre diretamente com tal desequilíbrio de poder?

ECOFEMINISMO NO BRASIL

O ecofeminismo brasileiro é representado por meio de sínteses de experiências de mulheres moradoras de zonas rurais, indígenas e de comunidades locais, descritas em obras autorais e analisadas sob perspectivas locais e com influências de algumas feministas de variadas vertentes.

Podemos destacar a participação de Ivone Gebara, filósofa, teóloga e contribuinte autoral para o ecofeminismo; Daniela Rosendo, doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina e escritora; Neusa Schnorrenberger, advogada e professora universitária que escreve sobre mulheres do campo, direito e políticas públicas; Vanessa Lemgruber, advogada e escritora que sistematiza o pensamento ecofeminista enquanto mais uma possibilidade pluriversal; e Tânia Kuhn, que escreve sobre filosofia e bioética médica e ambiental.

Diversos fatos históricos mostram a atuação das mulheres brasileiras nessa luta. Em 2006, por exemplo, mulheres trabalhadoras de uma das maiores usinas de álcool do Brasil paralisaram as atividades para denunciar a exploração no setor de produção de cana, já que chegavam a cortar 12 toneladas de cana por mês. Elas também levantaram o debate acerca da falsa ideia de que o agronegócio produz de maneira limpa, defendendo que o setor sucroalcooleiro não era viável, e sim oportunista.

Em 2020, mulheres andinas e amazônicas, junto com as Organizações da Bacia Amazônica articuladas no Fórum Social Pan-Amazônico, publicaram o pronunciamento coletivo “Por nossas vidas, nossos territórios, nossos corpos, nossos direitos contra a COVID-19”, denunciando as situações precárias as quais estão constantemente sendo expostas, juntamente com a negligência governamental sofrida em âmbito local. Faltam centros de saúde próximos, equipes e profissionais especializados e também medicamentos para atender às demandas específicas de cada povo e cultura.

Um dos movimentos populares com maior expressão nessa temática é a Marcha das Margaridas, que adotou esse nome como uma homenagem à Margarida Maria Alves, trabalhadora rural que, em 1983, foi assassinada por lutar por direitos trabalhistas.

A Marcha das Margaridas é realizada de quatro em quatro anos desde 2000 e é



Imagem: Reprodução/Facebook/Marcha das Margaridas

Marcha das Margaridas de 2019, cujo lema foi "Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência".

PARA SABER MAIS:

LIVROS

Gênero: uma perspectiva global, de Raewin Connell e Rebecca Pearse (1. ed., 2015)

A política sexual da carne: uma teoria feminista-vegetariana, de Carol J. Adams (2. ed., 2018)

Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais, de Daniela Rosendo, Fabio A. G. Oliveira, Priscila Carvalho e Tânia A. Kuhnen (1. ed., 2019)

FILMES, VÍDEOS E DOCUMENTÁRIOS

Ecofeminismo, agroecologia e movimentos sociais, por Sesc Sorocaba (disponível no YouTube)

Ecofeminismo e epistemologia com Emma Siliprandi, por Rede Brasileira de Mulheres Filósofas (disponível no YouTube)

Alimentação saudável e ecofeminismo com Mônica Guerra, por Giovanna Nader, a partir dos 08min20s (disponível no YouTube)

PODCASTS

Olhares Podcast - #035 Ecofeminismo

Modifica - Ecofeminismo

coordenada pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de organizações parceiras. O evento, considerado pelo Ministério Público Federal a maior ação organizada na América Latina por mulheres do campo, da floresta e das águas, articula todos os eixos políticos, levantando bandeiras como democracia, soberania popular, direito à terra, água, agroecologia e fim do racismo e violência contra as mulheres.

Apesar de avanços, são necessárias ações para lidar com os atuais obstáculos para o alcance da igualdade de gênero no cuidado ao meio ambiente. São exemplos a integração das perspectivas de gênero em ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas; desenvolvimento de atividades que permitam que as mulheres se vejam efetivamente como trabalhadoras; capacitação em temas além daqueles considerados tipicamente femininos; fomento às discussões sobre desigualdade de gênero; e o desenvolvimento de intervenções que apoiem os recursos produtivos das mulheres, incluindo o acesso igualitário à terra, aos recursos financeiros e à educação de qualidade. Além disso, deve ser assegurado que, além do gênero, os esforços de mitigação e adaptação às mudanças climáticas façam um recorte de desigualdade social e a raça.

As dificuldades enfrentadas pela mulher negra no acesso à alimentação saudável

DEBORAH ROCHA FADUL E GABRIELA RIGOTE



Imagem: Alisson Diego Machado

A mulher negra carrega consigo anos de luta contra o machismo e o racismo, presentes na sociedade até hoje. Entre tantas marcas podemos, e devemos, notar suas raízes e sua ancestralidade. A cultura africana, apesar de desvalorizada por muitos, está amplamente presente no cenário nacional, sobretudo na alimentação.

O saber popular transferido ao longo das gerações possibilitou a construção de um paladar único. Mesmo com tantos obstáculos, esse povo soube usar de suas restrições, aproveitando carnes descartadas e vegetais, criando pratos típicos que são consumidos até hoje. Ou seja, a sustentabilidade manteve-se presente, mesmo que não tenha sido de

maneira intencional naquele momento da história.

Com o passar do tempo, o termo sustentabilidade foi ganhando novas definições e privilégios na medida em que a identidade negra foi perdendo mais uma vez seu espaço. Esse contexto histórico de constante exploração acarreta em consequências estruturais vistas até hoje em nossa sociedade, como a insegurança alimentar, por exemplo. Esta última pode ser definida como a falta de acesso e disponibilidade regular aos alimentos, tanto em quantidade quanto em qualidade.

No Brasil, dentre os fatores associados à insegurança alimentar estão a pobreza e a desigualdade - racial e de gênero. De

acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mulheres negras e moradoras da periferia são o grupo social mais afetado e que sofrem diretamente com a falta de acesso a alimentos adequados. Esses dados demonstram que o racismo não se mostra apenas na discriminação racial, mas sim de forma estrutural, fazendo com que pessoas negras tenham menor acesso à educação, aos serviços de saúde e também a alimentos seguros do ponto de vista nutricional e sociocultural.

Essa desigualdade pode ser percebida desde o acesso à terra e a produção de alimentos até a compra de mantimentos. As comunidades quilombolas e os povos indígenas são afetados neste primeiro aspecto, por exemplo, por possuírem vivência prevalente no campo. A partir do momento em que o espaço agrário no Brasil é altamente concentrado, com grandes extensões de terra na mão de poucas pessoas, essas minorias acabam não tendo acesso igualitário à terra e, quando o tem, é insuficiente e alvo de disputas, dificultando a obtenção de recursos e alimentos.

O outro aspecto diz respeito ao acesso e compra dos alimentos. A priori, há a causa estrutural, atribuída à distribuição geográfica da oferta de alimentos *in natura*, como frutas, legumes e verduras, por exemplo. A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) indicou que nas regiões onde residem pessoas de menor nível de renda, há menor acesso a alimentos frescos em

detrimento de uma maior oferta de alimentos ultraprocessados, que possuem baixo valor nutricional, pois usualmente são pobres em vitaminas e minerais e ricos em gorduras, açúcares e sal.

Aqui é importante destacarmos que, justamente devido ao racismo estrutural, a proporção de pessoas negras que vivem em áreas periféricas e de menor renda é maior, o que pode prejudicar o acesso a alimentos *in natura*. Em São Paulo, de acordo com o Mapa da Desigualdade de 2020, a proporção de pessoas negras que vivem em Moema, bairro nobre da capital, é de 5,8%, enquanto no distrito de Jardim Ângela, região periférica, esse percentual é de 60,1%.

Além disso, devemos considerar o aspecto socioeconômico, uma vez que pessoas negras em geral possuem menor renda. As mulheres negras, sobretudo, são um grupo especialmente vulnerável nesse sentido, considerando que as mulheres em geral recebem menores salários quando comparadas aos homens e também devido a uma maior proporção de trabalho informal neste grupo. Isso acarreta em um menor poder de compra, o que pode comprometer a obtenção de alimentos.

Logo, há a necessidade emergente de políticas públicas que visem a redução da desigualdade racial. Essas políticas devem incluir garantir o acesso à propriedade e a serviços financeiros (prioritariamente às mulheres), à educação e à garantia da segurança alimentar e nutricional, baseada em alimentos saudáveis e sustentáveis.

Banana grelhada e chips de pera e abacaxi com calda de chocolate

RAQUEL SANTIAGO

INGREDIENTES:

Chips de frutas

- 1 pera descascada, sem miolo
- 1/4 de abacaxi descascado, sem miolo

Calda de chocolate

- 1 xícara (chá) de chocolate, meio amargo, em gotas
- 1/2 xícara (chá) de leite semidesnatado

Bananas grelhadas

- 8 bananas pequenas e maduras
- 1 colher (chá) de manteiga
- 1 colher (sobremesa) de mel
- 1 cálice de rum

MODO DE PREPARO:

Chips de frutas

1. Pré-aqueça o forno a 100°C.
2. Corte a pera e o abacaxi em fatias muito finas.
3. Forre uma assadeira com papel manteiga e espalhe as fatias.
4. Asse entre uma a uma hora e trinta minutos, até que elas fiquem secas e crocantes.
5. Reserve em um recipiente seco e vedado.

Calda de chocolate

6. Aqueça o leite até ferver e verta sobre o chocolate.
7. Mexa com batedor de arame até ficar homogêneo.
8. Reserve a calda em um lugar morno.

Banana grelhada

9. Corte as bananas ao meio no sentido do comprimento. Fatie as metades no sentido da largura.
10. Aqueça a manteiga e o mel em uma frigideira e adicione as bananas, preferencialmente, sem separar as fatias.
11. Grelhe até que elas fiquem douradas.
12. Adicione o rum e flambe as bananas
13. Regue as bananas com o caldo do cozimento.

Montagem

13. Disponha as bananas em uma travessa.
14. Coloque os chips de frutas com as bananas
15. Sirva a calda de chocolate à parte.



2 horas



Dificuldade média



2 porções



Imagem: Raquel Santiago

O ciclo da vida de Regina Tchelly

BEATRIZ MACHADO MARTINS E JENNIFER TANAKA



Imagem: Regina Tchelly

O desperdício de alimentos é um dos grandes problemas dos sistemas alimentares atuais. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), entre um quarto e um terço dos alimentos produzidos anualmente para o consumo humano se perde ou é desperdiçado. Calcula-se ainda que esta quantidade de alimentos seria suficiente para alimentar 2 bilhões de pessoas. No Brasil, esse cenário se repete e convivemos com duas realidades que não podem ser normalizadas: a fome e o desperdício. Em 2020, o Brasil voltou para o Mapa da Fome e, recentemente, a insegurança alimentar se agravou devido à pandemia de COVID-19. Os dados mais recentes divulgados pela Rede Brasileira de Pesquisa

em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PenSSAN), em abril de 2021, indicam que 19 milhões de brasileiros passam fome. Por outro lado, 12 milhões de toneladas de alimentos são jogados fora todos os anos.

Uma grande parte do desperdício ocorre nos domicílios, visto que partes comestíveis e nutritivas dos alimentos são jogadas fora, como as cascas, os talos e as sementes. Mas o problema não consiste apenas na definição do que é ou não comestível. A desconexão com os alimentos e principalmente com o seu ciclo fez com que as pessoas passassem a enxergá-los como mercadorias que podem ser descartadas. No entanto, essa forma de pensar nunca foi aceita pela paraibana Regina Tchelly, fundadora do projeto

Favela Orgânica, sediado no Rio de Janeiro.

A história de Regina e seu trabalho na área de alimentação e sustentabilidade é com certeza uma grande história de sucesso. Regina é cozinheira, empreendedora social e pioneira na fundação de um projeto que busca transformar a relação das pessoas com os alimentos. A iniciativa visa ao mesmo tempo evitar o desperdício, combater a fome e também cuidar do meio ambiente. O projeto Favela Orgânica nasceu em 2011 nas comunidades da Babilônia e do Chapéu Mangueira, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, com um investimento inicial de apenas 140 reais, mas seus frutos já ultrapassaram as fronteiras brasileiras.

Nascida em Serraria, no interior da Paraíba, aos 20 anos Regina se mudou para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como empregada doméstica por onze anos. Contudo, o seu sonho de ser cozinheira, unido à sua insatisfação ao ver tanto alimento sendo jogado fora nas feiras da cidade, fez com que ela batalhasse pela construção de seu próprio projeto.

Conciliando trabalho, maternidade e a vida em uma nova cidade, Regina fez um curso de culinária e em agosto de 2011 prestou o concurso da Agência Redes para a Juventude. Em busca do prêmio de 10 mil reais, ela apresentou pratos inovadores, tais como farofa do amor e rocambole de chocolate com geleia de casca de maracujá. No entanto, a banca avaliadora concluiu que o projeto ainda precisaria ser melhorado. E foi esse “não” que acabou

fazendo com que Regina, mesmo sem qualquer financiamento, colocasse o seu sonho em prática. Ainda hoje o projeto é feito de forma independente, visto que não conta com o auxílio de pessoas públicas ou instituições governamentais.

No mês seguinte o projeto ganhou forma. Dentro da sua própria casa, Regina recebeu suas primeiras seis alunas, mães e empregadas domésticas, para um encontro sobre como aproveitar os alimentos que tinham na sua geladeira. Em entrevista para esta matéria, Regina conta que o nome Favela Orgânica revela por si só a missão do projeto: "Eu queria mostrar as coisas boas que existem dentro de uma favela, eu acho esse nome potente" e "orgânica por causa de organização, organizar o consumo, organizar o ciclo do alimento, organizar as minhas ideias. E a vida é orgânica, a gente respeita os alimentos".

Não demorou muito para que o seu trabalho ganhasse visibilidade. O público das oficinas foi crescendo e em um ano de projeto, a convite do fundador do movimento italiano Slow Food, Carlo Petrini, Regina já estava na Europa palestrando para chefs de todo o mundo.

Regina relata que o sucesso e o reconhecimento merecidos também vieram acompanhados de preconceitos e desafios. Sua história reflete uma quebra de paradigmas e representa inúmeras mulheres do Brasil e do mundo. Como ela diz, "é muito bom ter uma mulher nordestina, ex-empregada doméstica, de uma favela, que pensa no contexto do ciclo

do alimento, com aproveitamento integral, devolvendo para a terra o que ela nos dá e principalmente na atual situação em que estamos vivendo".

Desta forma, ao trabalhar com o ciclo da vida, Regina consegue ir além e propõe uma nova forma de pensar e refletir. O consumo consciente se une ao aproveitamento integral dos alimentos e ao contato com a terra. Assim, por meio do plantio e da compostagem, a iniciativa ensina a necessidade de devolver para a terra aquilo que ela nos ofereceu. Além disso, a Favela Orgânica também atua em rede fortalecendo os pequenos produtores locais, o comércio de orgânicos, as feiras

alimentação saudável, um dos projetos do Favela Orgânica foi a criação de um livro de receitas ao ar livre, onde, pelos muros do Morro da Babilônia e Chapéu Mangueira, dicas e receitas foram pintadas, gerando grande repercussão na mídia e na comunidade. Além disso, Regina apresenta, desde 2017, o programa Amor de Cozinha (Canal Futura), no qual ensina comidas típicas do cotidiano, sempre com a premissa de aproveitar completamente os alimentos. Para além de tantas conquistas em dez anos de Favela Orgânica, a empreendedora compartilha que o seu maior sonho é ter uma escola de gastronomia do ciclo dos alimentos. Ela,

"Ao trabalhar com o ciclo da vida, Regina consegue ir além e propõe uma nova forma de pensar e refletir".

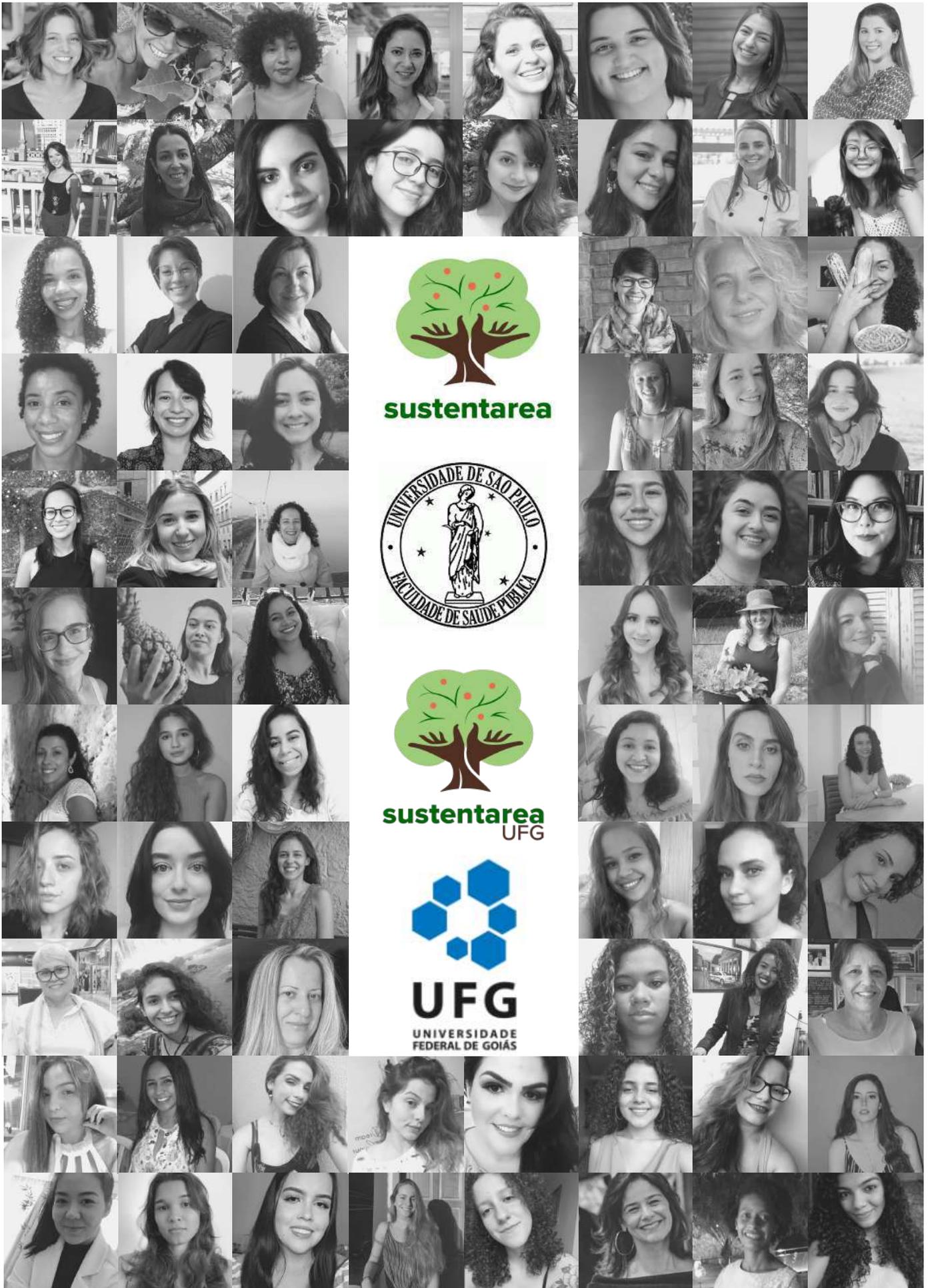
livres, e busca sempre unir as pessoas por meio dos alimentos.

Não parece exagerado enfatizar que toda essa dedicação e anseio por mudanças veio de uma mulher, mãe de três meninas, que acredita que a sua missão na terra é "fazer acontecer e ajudar as pessoas a enxergarem de dentro para fora". Essa missão tão nobre vem se cumprindo e, em 2015, na Conferência Mundial das Mulheres, organizada pelo Stati Generali delle Donne em Milão na Itália, ela recebeu o prêmio "Donne Che Ce L'Hanno Fatta", cuja tradução em português significa "Mulheres que Conseguiram".

Em 2019, com o objetivo de democratizar o conhecimento e o acesso a uma

que desde o início rompeu com os formalismos que existem no meio acadêmico e ao longo desses anos tem atuado concomitantemente no combate ao desperdício alimentar, à fome e às desigualdades, mostra a importância de falar sobre alimentação e sustentabilidade por meio da prática, da reconexão e do resgate.

A história da Regina é uma grande inspiração para todas as mulheres, sejam elas da área da sustentabilidade ou não. Que a sua força, carisma e vontade de mudar no mundo nos motive a repensar nossas atitudes em prol de um mundo mais humano, sustentável e saudável para todas e todos.



Membras atuais do Sustentarea USP e Sustentarea UFG.

Sempreviva Organização Feminista: formando mulheres, transformando vidas

ANA LÚCIA ZOVADELLI ROMITO E MIRELLY DOS SANTOS AMORIM

Nesta edição, o Sustentarea conversou com a Miriam Nobre, agrônoma e integrante da Sempreviva Organização Feminista, organização não governamental (ONG) que atua na formação de mulheres visando a redução da desigualdade de gênero em diversos âmbitos, incluindo o econômico e ambiental. Venha com a gente conhecer mais sobre esse projeto!

Você poderia nos contar como surgiu a Sempreviva Organização Feminista? Por qual motivo a ONG foi criada?

A SOF, que se chama Sempreviva Organização Feminista, é a sigla de uma organização que foi criada em 1963, chamada Serviço de Orientação à Família. Naquele momento, a organização foi criada por um grupo de advogados e profissionais da área da saúde para acompanhar as famílias que estavam chegando aqui em São Paulo, para dar apoio na instalação e também para discutir o planejamento familiar; não um planejamento familiar do tipo controlista, que era comum existir naquele período e que impunha métodos contraceptivos que fugiam ao controle das mulheres, mas sim

por meio de um processo de organização das mulheres, delas perceberem seu corpo, sua vida reprodutiva e decidir sobre isso e lutar pelo serviço de saúde pública. Essa foi a origem da organização e, ao longo desses anos, a SOF manteve sempre esse perfil de trabalhar com as mulheres como sujeitos de sua própria vida, mas o escopo de ação foi ampliado e modificado ao longo do tempo, indo mais para um trabalho de formação.

Você se recorda de alguma experiência que tenha vivido na ONG e que ficou marcada em sua memória?

Eu comecei a trabalhar na SOF em 1993, quando a ONG já tinha trinta anos e isso já faz quase trinta anos também, então tenho muitos momentos marcantes. Eu sou agrônoma de formação e entrei para trabalhar na formação popular de mulheres da Zona Sul de São Paulo, mas aos poucos também fui colocando a importância de trabalhar com as mulheres rurais, então esse processo para mim é bem do meu coração: retomar a relação com mulheres assentadas que eu já havia trabalhado anteriormente e trazer as trabalhadoras rurais para também ser

atendidas pela organização. Outro momento importante foi quando participamos de um chamado feito por um movimento feminista de Quebec (Canadá) para organizar uma ação em 2000, que era a Marcha Mundial das Mulheres, e nós contribuímos na construção desse movimento em diversos âmbitos, então são momentos que eu marcaria nessa trajetória.

A organização tem alguma mulher que serviu de inspiração ou referência?

Nossa característica é menos de nos referenciarmos em uma única mulher e

cidade de São Paulo, mas também no domínio sobre seu próprio tempo, então acho que isso marcou bastante a história da SOF.

Diante de sua experiência e trabalho na organização, hoje em dia como você entende a importância das mulheres camponesas para uma alimentação sustentável?

Toda, né? (risos) Vemos que as mulheres têm uma maneira de fazer agricultura que é diversa. Elas manejam o solo construindo fertilidade, com uma estrutura diferente; elas olham para as

"Vemos que as mulheres têm uma maneira de fazer agricultura que é diversa. Elas manejam o solo construindo fertilidade".

e mais de nos inspirarmos em processos coletivos feitos pelas mulheres. No momento inicial da SOF, lá no final dos anos 1970, a ONG contribuiu bastante para a organização popular das mulheres da Zona Leste envolvidas em movimentos a favor da saúde pública e contra o aumento do preço dos alimentos. Esses momentos contam coisas muito interessantes, como as mulheres começarem a ir em manifestações, tanto do bairro quanto até à Praça da Sé, que era considerada uma viagem longa; além disso, aquelas mulheres tinham que voltar para casa antes de seus maridos chegarem. As mulheres foram alargando o seu espaço na

plantas vendo muito sentido, sem essa visão instrumentalizada de que uma planta é uma coisa, um objeto. Elas têm uma visão muito mais ampla e é um jeito especial de se relacionar com a natureza. Então eu acho que resgatar essa forma de se relacionar com a natureza, reconhecendo que nós somos natureza também, que como seres humanos e como sociedade nós co-evoluímos com ela, é uma condição básica não só para alimentação, mas para estarmos neste mundo de uma maneira melhor, e não como nós estamos agora, trancados devido a uma pandemia justamente por essa visão instrumental da natureza. Nós temos que

nos sintonizar, respeitar, pensar na natureza e na regeneração. As mulheres foram guardando essa sabedoria e é quase um paradoxo, porque elas foram excluídas dos serviços de assistência técnica que promoveram a Revolução Verde e a agricultura industrial. Até por elas não terem a mesma importância no mercado naquela época, elas foram guardando aquele jeito de fazer agricultura, aquela relação com a natureza que é o que a gente precisa para existir. Se as mulheres não tivessem feito esse trabalho permanente de trocar sementes, trocar mudas, plantar a muda trocada, nós teríamos perdido variedades. Nós fizemos um processo junto com várias mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia pra levantar uma caderneta, que chamamos de caderneta agroecológica, para as mulheres anotarem durante um ano o destino de sua produção, doação, troca, venda ou mercado, e aí ficou evidente a contribuição econômica das mulheres para o sustento da família e de outras pessoas. As agricultoras são fundamentais para sustentar a alimentação nessa visão ampla, com sabores, texturas, histórias e memórias.

Quais ações podemos ter para que possamos valorizar, enaltecer e reconhecer o trabalho das mulheres e sua contribuição para a sustentabilidade?

A sustentabilidade da vida é o centro para pensarmos na organização econômica e as mulheres têm uma contribuição fundamental para isso, pois essa sustenta-

bilidade da vida, que começa com a natureza, as plantas, os animais, os minerais, começa a ser mediada para responder nossa necessidade de comida. Por exemplo, o trabalho que se realiza no espaço doméstico é, em sua maioria, realizado por mulheres. Também as mulheres, em sua maioria, se ocupam de cuidar. Como seres humanos, somos uma possibilidade de vida, não uma vida em si. Então, para transformar essa possibilidade de vida em uma vida plena, há uma enorme quantidade de trabalho e disponibilidade emocional das mulheres para que isso aconteça e, em particular, das mulheres negras e indígenas, pois há uma distribuição desigual do trabalho e do cuidado. Esse cuidado se amplia para a forma como as mulheres se relacionam com a natureza, cuidando de cada pedacinho. Você anda com mulheres pelo quintal e elas já vão falando e vão fazendo, tem aquele olhar para cada pedaço. Parece que os fatos econômicos tem a ver com toneladas e hectares e coisas grandiosas, mas as mulheres estão muito mais ligadas ao entorno, na comunidade. Quando você começa a olhar para isso, você percebe a importância econômica, social e cultural de se sustentar a vida que é realizada pelas mulheres. Muito disso fica invisibilizado, pois parece que isso não é cultural, mas sim da natureza das mulheres. Então é como se não tivesse uma observação, uma experimentação, uma inteligência ali. Não é uma inteligência apenas racional, mas uma inteligência de sentimentos, de percepção.

É preciso que as mulheres retomem o protagonismo da agricultura

MÔNICA DE SOUSA ALVES

As mulheres sabem cultivar a terra. Esta história começa no Paleolítico, quando o ser humano vivia como nômade e sua subsistência era baseada na caça e coleta. Aos homens cabia o papel de caçar grandes animais, enquanto as mulheres saíam em busca de vegetais comestíveis e contribuía com a caça de animais de pequeno porte. Como a captura de animais maiores era esporádica e demandava mais tempo, a garantia da alimentação dependia, de facto e em grande parte, das mulheres.

Após as colheitas, elas se reuniam para separar as melhores sementes e, nesta atividade diária, começaram a perceber que próximo a esses espaços brotavam novas vegetações. Assim, as mulheres deram uma grande contribuição para o surgimento da agricultura e passaram a ter um papel fundamental no provimento dos alimentos.

O desenvolvimento da agricultura, ainda que rudimentar, possibilitou que os seres humanos pudessem se fixar em um determinado local e iniciassem a domesticação de animais. Essa nova forma de vida possibilitou o desenvolvimento de

melhores condições de saúde e a formação das primeiras civilizações.

Esta história começou a mudar com a criação das novas ferramentas agrícolas, em especial o arado, que favoreceu a prática da agricultura intensiva, baseada no uso de grandes quantidades de terra e na elevada produção de alimentos. Por ser mais pesado, o arado demandava maior força física para ser manuseado. A partir de então, começou a prevalecer a lei do mais forte. Esse domínio favoreceu a origem do patriarcado e o homem, que geralmente possui maior força física, passou a ser concebido como proprietário dos meios de produção.

Este sistema social ganhou força com a constituição do Estado, da propriedade privada e agravou-se a partir da segunda metade do século XX, com a mecanização agrícola. Como escreveu Ester Boserup, em seu livro “Evolução agrária e pressão demográfica”, publicado em 1987, esse novo momento fez com que os homens se apropriassem das novas tecnologias agrícolas, ao mesmo tempo em que os saberes das mulheres foram sendo cada vez mais desconsiderados e desvalorizados

"É preciso superar valores culturais e morais que ainda se sustentam na nossa sociedade. Esses valores fortalecem o sistema patriarcal e dificultam o empoderamento da mulher e o seu reconhecimento como sujeito de direito".

e suas atividades menos remuneradas e reconhecidas. Isso foi acentuado à medida em que as mulheres eram excluídas, ou tinham participação minoritária nos cursos de aprimoramento de conhecimentos técnicos, conforme relato de Siqueira (2008), que considera que essa falta de atualização técnica e tecnológica em muito restringiu a igualdade de gênero no campo da produção agrícola.

Esta trajetória não foi exitosa. Basta um olhar atento para ver no que se transformaram os sistemas agrícolas contemporâneos, que são majoritariamente baseados em monoculturas e promovem o desmatamento e o uso insustentável dos recursos hídricos e do solo. É hora de buscar um novo cenário para o cultivo de alimentos, que deve ser sustentável do ponto de vista ambiental, social e financeiro. O primeiro passo é olhar para o trabalho e o saber tradicional das mulheres, valorizando o seu papel sociocultural e econômico.

Certamente esse não é um caminho fácil de ser percorrido, pois é preciso superar valores culturais e morais que ainda se sustentam na nossa sociedade. Esses

valores fortalecem o sistema patriarcal e dificultam o empoderamento da mulher e o seu reconhecimento como sujeito de direito. Por isso, a pauta dos movimentos feministas pela valorização dos saberes e do trabalho das mulheres do campo, que cresce em representatividade e conquistas, precisa ganhar mais força em todas e todos que acreditam em um novo processo civilizatório baseado no desenvolvimento sustentável. Para tanto, esse processo deve ser construído em espaços que promovam relações respeitadas entre as pessoas e o meio ambiente e que levem em consideração a igualdade de gênero, uma vez que não há desenvolvimento sem que esse aspecto seja contemplado.

MÔNICA DE SOUSA ALVES é formada em Comunicação Social pela Universidade de Uberaba e é mestre em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente cursa o segundo mestrado na Universidade Estadual de Minas Gerais, no Programa de Ciências Ambientais, e é secretária de Meio Ambiente do município de Frutal/MG.

ALIMENTOS DA ÉPOCA

ABRIL



Abacate fortuna



Acerola



Caqui



Maçã gala



Maracujá



Uva Thompson



Abobrinha bras.



Acelga



Alface crespa



Alho-poró



Pepino



Quiabo

MAIO



Avocado



Atemoia



Kiwi



Mamão formosa



Pera Williams



Quincam



Batata-doce



Chuchu



Jiló



Mandioca



Repolho verde



Tomate

JUNHO



Banana nanica



Carambola



Figo



Laranja Bahia Mexerica Ponkan



Pinhão



Abóbora moranga



Berinjela



Beterraba



Cará



Mandioquinha



Milho verde

10 MULHERES PARA SE INSPIRAR



Imagem: Reprodução/Instagram/@brunacrioula

BRUNA DE OLIVEIRA

@brunacrioula

Bruna é nutricionista e fundadora da @criolacuradoria. Em suas redes sociais podemos encontrar conteúdo sobre PANC, alimentação sustentável e sistemas alimentares, sempre com um recorte de raça muito bem colocado.

ALENE DE GODOY

@afroecologica

Alene é geógrafa e professora. Ela fala sobre agroecologia e fornece dicas valiosas para quem trabalha com hortas ou está querendo iniciar uma, além de explicar de forma didática termos técnicos da agropecuária.



Imagem: Reprodução/Instagram/@afroecologica



Imagem: Reprodução/Instagram/@mayarafloss

MAYARA FLOSS

@mayarafloss

Mayara é médica de família e comunidade. Ela coordena o curso à distância de Saúde Planetária (TelessaúdeRS), escreve histórias sobre sua experiência enquanto médica e produz reflexões sobre direitos humanos.

SONIA GUAJAJARA

@guajajarasonia

Sonia nasceu na Terra Indígena Arariboia e, em 2018, foi candidata à vice-presidência do país. Ela trabalha ativamente com direitos dos povos indígenas e na luta contra o desmatamento e as mudanças climáticas.



Imagem: Reprodução/Instagram/@guajajarasonia



Imagem: Reprodução/Instagram/@sapavegana

LUCIENE SANTOS

@sapavegana

Luciene é estudante de direito e, em seu perfil do Instagram, ela compartilha diversas dicas e receitas à base de vegetais que são práticas e acessíveis, desmistificando a ideia de que uma alimentação saudável é necessariamente cara.

ERIKA HILTON

@hilton_erika

Erika é vereadora de São Paulo, presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de SP e militante de diversas causas, incluindo o combate à pobreza e à insegurança alimentar e a promoção da saúde da mulher.



Imagem: Reprodução/Instagram/@hilton_erika

RUTE COSTA

@culinafro_ufrj

Rute é nutricionista, doutora em Educação em Ciências e Saúde pela UFRJ e professora na mesma universidade. Ela trabalha com culinária afro-brasileira e, em suas redes, mostra a ancestralidade da mulher negra por meio da comida.



Imagem: Reprodução/Instagram/@rutescosta

NÁTALY NERI

@natalyneri

Nátaly é cientista social e atualmente cursa pós-graduação em Sustentabilidade. Em suas redes, ela oferece dicas de como ter uma vida mais sustentável, como a compra de roupas em bazares, reciclagem e produtos de baixo impacto ambiental.



Imagem: Reprodução/Instagram/@natalyneri

JULIANA GOMES

@comidasaudavelpratodos

Juliana é jornalista e cria conteúdo sobre diversos tópicos relacionados aos alimentos, como o que de fato pode ser considerado saudável e sustentável, e também combate certos mitos relacionados à alimentação.



Imagem: Reprodução/Instagram/@comidasaudavelpratodos

MICHELLE JACOB

@ethnonutrition

Michelle é nutricionista, mestre e doutora em Ciências Sociais e também professora. Ela trabalha com dietas sustentáveis e etnografia e é a idealizadora do @labnutrir, baseado na UFRN, onde ela é docente.



Imagem: Reprodução/Instagram/@michellejacob

O acesso das mulheres à terra e aos recursos naturais

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [internet]. Censo Agro 2017: resultados definitivos. IBGE; c2017 [acesso em 20 abr 2021] Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (BR). II Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; 2003.
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu [internet]. Sobre nós. MIQCB; c2021 [acesso em 20 abr 2021] Disponível em: <https://www.miqcb.org/sobre-nos>
- United Nations. Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development. New York: UN; 2015.
- Westin R [internet]. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. Senado Federal (BR); c2020 [acesso em 20 abr 2021] Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>

Mulheres que fizeram história

- Ana Maria Primavesi [internet]. Biografia. Ana Maria Primavesi; c2019 [acesso em 21 mar 2021] Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/biografia/>
- Bonzi RS. Meio século de *Primavera silenciosa*: um livro que mudou o mundo. Desenvolv Meio Ambiente. 2013; (28):207-215.
- Chaves A [internet]. Primavesi é a segunda cientista biografada. Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; c2020 [acesso em 21 mar 2021] Disponível em: <https://www2.cbpf.br/pt-br/ultimas-noticias/primavesi-e-a-segunda-cientista-biografada>
- Knabben VM. A extraordinária história de vida de Ana Maria Primavesi. Estud Av. 2019;33(96):459-76.
- Huang J, Gates AJ, Sinatra R, Barabási AL. Historical comparison of gender inequality in scientific careers across countries and disciplines. PNAS. 2020;117(9):4609-16.
- Shen H. Mind the gender gap. Nature. 2013;495:22-4.
- Stoll M [internet]. Rachel Carson's *Silent spring*, a book that changed the world. Environment & Society Portal; c2012 [atualizado em 6 fev 2020; acesso em 12 mar 2021] Disponível em: http://www.environmentandsociety.org/sites/default/files/rachelcarson_silentspring_version2_1.pdf
- Wangari Maathai Foundation [internet]. About Wangari Maathai. Wangari Maathai Foundation; c2021 [acesso em 22 mar 2021] Disponível em: <https://wangerimaathai.org/wangaris-story/>

Você sabe o que é ecofeminismo?

- Aguilera J [internet]. Marcha das Margaridas: conheça o maior movimento de mulheres do campo da América Latina. Modifica; c2019 [acesso em 05 abr 2021] Disponível em: https://www.modifica.com.br/marcha-das-margaridas/#.YGxKcj9v_IU
- Capello G [internet]. Ecofeminismo por um mundo mais livre. Yam; c2020 [acesso em 05 abr 2021] Disponível em: <https://yam.com.vc/conexao/791613/ecofeminismo-por-um-mundo-mais-livre>

- Gunawardena T [internet]. Women lose most from the climate crisis. How can we empower them? World Economic Forum; c2020 [acesso em 05 abr 2021] Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2020/03/women-climate-crisis-vulnerability-empowerment/>
- Habtezion S. Overview of linkages between gender and climate change. New York: UNDP; 2016.
- Merlino T [internet]. Brasil: mulheres denunciam exploração da monocultura da cana. Biodiversidad La; c2007 [acesso em 18 mar 2021] Disponível em: https://www.biodiversidadla.org/Noticias/Brasil_mulheres_denunciam_exploracao_da_monocultura_da_cana
- Rosendo D [internet]. Ecofeminismo(s): por que mulheres, animais e natureza sob o mesmo olhar? Modifica; c2016 [atualizado em 17 dez 2019; acesso em 29 mar 2021] Disponível em: https://www.modifica.com.br/ecofeminismos-por-que-mulheres-animais-e-natureza-sob-o-mesmo-olhar/#.YF8uEtxv_IU
- Siliprandi E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. Agroecol Desenv Rur Sustent. 2000;1(1):61-71.

As dificuldades enfrentadas pela mulher negra no acesso à alimentação saudável

- Carvalho LO, Homero NN, Mucavele SF. Reflexões sobre as convergências da mulher negra no direito a saber, fazer e sentir: envolvimento e resistência pela Segurança Alimentar e Nutricional. Escritas. 2020;12(1):126-39.
- Damasceno V [internet]. Mulheres, negras, moradoras da periferia: a desigualdade alimentar tem endereço. O Joio e o Trigo; c2019 [acesso em 15 abr 2021] Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2019/02/mulheres-negras-moradoras-da-periferia-a-desigualdade-alimentar-tem-endereco>
- Rede Nossa São Paulo [internet]. Mapa da desigualdade 2020. Rede Nossa São Paulo; c2020 [acesso em 15 abr 2021] Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS-1.pdf>
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para a 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Boletim informativo. Novas perspectivas para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional: tributo à mulher negra. Brasília: 2017.

O ciclo da vida de Regina Tchelly

- Benítez RO [internet]. Perdas e desperdício de alimentos na América Latina e no Caribe. FAO; c2021 [acesso em 14 abr 2021] Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/239394/>

É preciso que as mulheres retomem o protagonismo da agricultura

- Almeida J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? Desenvolv Meio Ambiente. 2002;6(1):29-40.
- Boserup E. Evolução agrária e pressão demográfica. São Paulo: Hucitec/Polis; 1987.
- Garcia L. Meio ambiente e gênero. São Paulo: Editora Senac; 2012.
- Iop E. Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais. Visão Global. 2009;12(2):231-50.
- Siqueira APP. Impactos sobre a dinâmica produtiva e as relações de gênero na transição agroecológica de um grupo de mulheres assentadas [dissertação]. Campinas: Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp; 2008.



ALESSANDRA NAHRA

Agricultora em formação, jornalista e pesquisadora. Mestranda em Nutrição em Saúde Pública na FSP-USP

@alenahra



ANA LÚCIA ZOVADELLI ROMITO

Graduanda em Nutrição na FSP-USP. Técnica em Nutrição e Dietética pela ETEC Getúlio Vargas

@misaonutrir



ANA MARIA BERTOLINI

Nutricionista. Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade na FSP-USP

@anabertolinii



BEATRIZ MACHADO MARTINS

Graduanda em Nutrição na FSP-USP

@biaammartins



DEBORAH ROCHA FADUL

Graduanda em Nutrição no Centro Universitário São Camilo

@fadulzinha



GABRIELA RIGOTE

Nutricionista. Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP
@nutrigabirigote



JENNIFER TANAKA

Nutricionista. Mestre e doutoranda em Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade no CDPA-UFRRJ
@comermudaomundo



JÚLIA CISCATO

Graduanda em Nutrição no Centro Universitário São Camilo.
Formada no curso básico de Antroposofia para Profissionais de
Saúde da ABMA
@juliaciscato



MIRELLY DOS SANTOS AMORIM

Nutricionista. Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos pelo
IFMT e doutoranda em Nutrição na EPM-UNIFESP
@dietasdanutri



MÔNICA DE SOUSA ALVES

Comunicadora social. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômica e
Ambiental pela UFOP e mestranda em Ciências Ambientais na
UEMG
@monicadesousalves



MÔNICA ROCHA

Nutricionista. Mestre em Políticas Públicas em Saúde pela FIOCRUZ
@comidacoisaetal



NADINE MARQUES NUNES GALBES

Nutricionista. Mestre em Nutrição em Saúde Pública pela FSP-USP e
doutoranda em Saúde Pública na FSP-USP
@nadinemnunes



RAQUEL SANTIAGO

Nutricionista e gastrônoma. Mestre em Ciências dos Alimentos pela
FCF-USP e doutora em Saúde Pública pela FSP-USP
@rcardosuprof



SHAIRRA GARCIA ALBUQUERQUE

Graduanda em Nutrição na FSP-USP
@filledaphrodite



VANESSA COSTA CANÇADO SILVA

Antropóloga. Mestre em Antropologia pela UFBA
@vanessaccs



sustentarea



www.fsp.usp.br/revistasustentarea

facebook.com/sustentarea

@sustentarea